

*A higiene na cidade de São João del-Rei e o intento
civilizador republicano**

DANIELA FLÁVIA MARTINS FONSECA**

Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia de Minas Gerais

Resumo: Este artigo investiga a circulação de discursos produzidos sobre prescrições higiênicas em São João del-Rei (MG), na última década do século XIX, buscando compreender como essas práticas foram apropriadas e representadas pela elite local. O recorte temporal diz respeito aos primórdios da República, quando as questões higiênicas ganharam destaque na cidade. Para tanto, as fontes pesquisadas foram, principalmente, jornais, legislação e relatos de cronistas, pelas quais se investigou como a higiene pública era debatida, identificando as formas de representação de tal temática pela elite local e como esta visava a instruir a população conforme os preceitos higiênicos.

Palavras-chave: Higiene; Civilização; São João del-Rei.

Abstract: This article investigates the movement of hygiene prescriptions in São João del Rei (MG), in the last decade of the XIX century, seeking to understand how these practices were appropriated and represented by the local elite. This period represents the beginnings of the Republic, when hygiene issues gained prominence in São João del Rei. In this research, means of newspapers, legislation and reports from chroniclers were used to investigate how public hygiene was debated, identifying ways the local elite

* Recebido em 02 de março de 2015 e aprovado para publicação em 04 de abril de 2015.

** Mestra em Educação pela Faculdade de Educação da UFMG. Vinculado ao Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia de Minas Gerais. E-mail: daniela.fonseca2301@gmail.com.

represented this theme and how this was intended to instruct the population according to hygiene precepts.

Keywords: Hygiene; Civilization; São João del-Rei.

A cidade não é uma invenção do mundo contemporâneo. Há muito tempo, ela existe nos diversos cantos do planeta. Desde a Antiguidade, diferentes povos já se organizavam em cidades-Estados. Com o passar do tempo, as urbes foram se modificando e se reinventando. Muitas desapareceram, e uma quantidade ainda maior surgiu no Ocidente e no Oriente ao longo da Modernidade (REMÓND, 1974).

No Brasil, a vida urbana é mais recente. As primeiras vilas surgiram na Colônia, mas foi ao longo do século XIX que a urbanização se expandiu. O crescimento das cidades provocou mudanças nas relações sociais e nos comportamentos de seus habitantes. Essas diferenças estão relacionadas a uma transformação no modo de viver e nos hábitos urbanos.

A diversificação das atividades e a aglomeração de pessoas fizeram surgir várias necessidades, entre elas a de desfazer-se dos resíduos, pois o acúmulo de lixo e esgoto era considerado um dos principais causadores de doenças infectocontagiosas. Remónd (1974, p. 145) ressalta:

As cidades [...] constituem também o domínio de eleição das grandes epidemias: mesmo no século XIX. Mas, pouco a pouco, elas recuam, contidas, subjugadas, depois prevenidas pelo progresso da ciência, da higiene, da vacinação sistemática. As cidades atingirão um grau de salubridade muitas vezes superior ao dos campos.

Por isso, ao se tratar da organização do espaço urbano no Brasil, é importante abordar a higiene pública,¹ que assume papel fundamental na

¹ A higiene, hoje frequentemente relacionada ao asseio pessoal, no século XIX, era associada ao bom governo da sociedade, principalmente dos espaços públicos. Nesse período, era definida como a ciência que trata da saúde visando à sua conservação e aperfeiçoamento.

organização da cidade e na condução ao processo de civilização tão almejado pelas elites, pelo governo imperial e, posteriormente, pelos republicanos.

O advento da República intensificou, em algumas cidades brasileiras, os debates sobre as reformas imprescindíveis para superar o atraso do Brasil e torná-lo um país civilizado, sendo a questão da higiene um dos temas centrais nesse cenário. Sidney Chalhoub (1996) mostra que a higiene já era tema discutido no Rio de Janeiro desde princípios do XIX. Esta era, segundo o autor, considerada uma “forma ‘científica’ e ‘neutra’ de gestão dos problemas da cidade e das diferenças sociais nela existentes” (CHALHOUB, 1996, p. 35).

Essa noção de atraso será importante neste trabalho, pois termos como “desordem” e “imundície” revelam que a elite desse período queria superar o atraso advindo principalmente do Período Colonial e de séculos de escravidão (CHALHOUB, 1996). Para superar tal atraso, uma das alternativas colocadas no período era a de instruir a população “mestiça” e “ignorante” via higienização e europeização.

Para Chalhoub, higiene e civilização são termos complementares, pois a elite da época almejava civilizar a Corte via medidas higienizadoras, em oposição ao atraso dos tempos coloniais. Nesse sentido, o autor ressalta que a higiene estava presente nos debates de políticos e governantes nas últimas décadas do século XIX, sintetizados em dois princípios essenciais. Em primeiro lugar, está presente a ideia de que existe um “caminho da civilização”, isto é, um modelo de “aperfeiçoamento moral e material” que teria validade em qualquer “povo”, sendo dever dos governantes zelar para que tal caminho fosse mais rapidamente percorrido pela sociedade em seu domínio. Em segundo, há a afirmação de que um dos requisitos para que uma nação atinja a “grandeza” e a “prosperidade” dos “países mais cultos” seria a solução dos problemas de higiene pública (CHALHOUB, 1996, p. 35).

Assim, Chalhoub entende que a questão da higiene pública esteve relacionada com o desejo de “fazer a civilização europeia nos trópicos” (CHALHOUB, 1996, p. 35). A questão deste estudo é a de que tal proposta foi se difundindo por localidades do interior, que nem mesmo chegavam a

ser capital do Estado, como São João del-Rei (SJDR). Vale ressaltar uma particularidade desta em relação a outras cidades médias, pois foi cogitada para ser a nova capital de Minas Gerais no final do século XIX. Dessa forma, o estudo sobre SJDR apresenta indícios de como uma elite regional queria civilizar-se, difundindo as propostas higienizadoras na cidade.

As fontes mobilizadas neste estudo possibilitaram a elaboração dessa trama, que contém vestígios de como discursos produzidos sobre as prescrições higiênicas circularam em SJDR, sendo apropriados ² e representados ³ pela elite local. ⁴ Os são-joanenses almejavam alcançar o estágio de desenvolvimento de países europeus, principalmente a França, e se inspiravam nos processos de reformas urbanas e educacionais que eram conduzidos pelo Rio de Janeiro. Tal sentimento acompanhou os são-joanenses ao longo do século XIX. Com o estabelecimento da República,

² As *apropriações*, segundo Roger Chartier, são práticas de produção de sentido, dependentes das relações entre texto, impressão e modalidades de leitura. Assim, a noção de apropriação “visa uma história social dos usos e das interpretações, referidas as suas determinações fundamentais e inscritas nas práticas específicas que as produzem” (CHARTIER, 1991, p. 180). Assim, o autor indica uma questão fundamental na sua proposta, o destaque às interpretações que remetem à noção de representação social.

³ Para Chartier, a representação pode ser entendida como a forma como um grupo social percebe o real, com base em esquemas partilhados e de como produzem significados, construindo assim o “mundo como representação”. Ainda de acordo com Chartier, a representação apresenta três modalidades de relação com o mundo social, assim divididas: 1) “o trabalho de classificação e de delimitação que produz as configurações intelectuais múltiplas, através das quais a realidade é contraditoriamente construída pelos diferentes grupos”; 2) “as práticas que visam fazer reconhecer uma identidade social, exibir uma maneira própria de estar no mundo, significar simbolicamente um estatuto e uma posição”; 3) “formas institucionalizadas e objetivadas graças às quais uns ‘representantes’ (instâncias coletivas ou pessoas singulares) marcam de forma visível e perpetuada a existência do grupo, da classe ou comunidade” (CHARTIER, 1991, p. 183).

⁴ A noção de “elite” tem um sentido amplo e, por vezes, pouco claro. De acordo com Flávio M. Heinz (2006), o termo tem sido usado pelos historiadores para analisar grupos de indivíduos que ocupam posições-chave em uma sociedade e que “dispõem de poderes, de influências e de privilégios inacessíveis ao conjunto de seus membros” (HEINZ, 2006, p. 8). O termo elite será usado neste trabalho para designar o grupo social que ocupa postos de comando em São João del-Rei, seja na política, nos jornais ou por concentrarem riquezas, ou por terem uma formação intelectual.

esse adágio se fortaleceu, e a elite local passou a relacionar os problemas urbanos ao atraso atribuído ao Período Imperial.

A higiene almejada pela elite são-joanense

O projeto de reforma urbana do final do século XIX esteve ligado à questão higienista. Os cientistas eram os portadores dos saberes legítimos que levariam os povos rumo à civilização e ao progresso, principalmente nesse período de transição do Império para a República. Os médicos e os engenheiros eram vistos como atores fundamentais nesse processo, pois, por meio das reformas urbanas e sociais, levariam o País ao tão sonhado progresso, ao mesmo tempo em que se afirmavam como profissionais habilitados para tal finalidade. Em SJDR, mesmo não contando com muitos profissionais desses campos, tais prescrições higiênicas chegaram à cidade e se difundiram.

Nesse sentido, o trabalho de Simone Kropf (1996) é valioso para a análise de São João del-Rei. A autora estuda o projeto dos engenheiros para a reforma urbana da então capital federal, o Rio de Janeiro, porém mostra que esse discurso não se limitava apenas a essa cidade. Os engenheiros ambicionavam que fosse um projeto modelo para o restante do País. Será que tal ambição chegou a SJDR?

Por meio do estudo de duas monografias apresentadas no Congresso de Engenharia e Indústria, Kropf analisa o pensamento dos engenheiros sobre as reformas higiênicas na transformação das cidades em modelos de civilidade. A primeira é a de Francisco Liberalli, *Obrigatoriedade da prévia fixação de linhas gerais a que devem ficar sujeitos os arruamentos e nivelamentos de novas povoações e o desenvolvimento das existentes*; e a outra é a de Joaquim Silvério de Castro Barbosa, *Regras gerais que se devem prescrever para as construções das cidades, tendo especialmente em consideração as condições peculiares de nosso País*.

O estudo desses trabalhos evidencia, segundo a autora, o olhar pragmático dos engenheiros que queriam agir e transformar a realidade,

utilizando o arcabouço teórico dos higienistas. Assim, responsabilizavam o ambiente pelas debilidades físicas e morais dos homens, pois:

O solo e o ar contaminados pelas emanações metíficas oriundas dos processos de decomposição e putrefação das matérias orgânicas eram os principais agentes responsáveis pelas condições de insalubridade das cidades, tornando-se suscetíveis à constante propagação de epidemias (KROPF, 1996, p. 105).

A Engenharia propunha que primeiro deveria ser localizado o problema e, baseado nas orientações sobre o espaço urbano, defendia o princípio da circulação e do movimento. De acordo com esse fundamento, a rua seria o primeiro espaço normalizado em decorrência da grande circulação de pessoas e mercadorias. Ademais é possível perceber a influência dos princípios higienistas nas teses dos engenheiros, como mostra Kropf (1996, p. 107-108).

Através do princípio da circulação, as premissas da teoria higienista são apropriadas pela competência própria de um saber pragmático que se declara capaz de imprimirlhes operacionalidade e transformá-las em obras concretas para a solução de problemas detectados. O ar, a luz, a água, o solo, as ruas, as praças, as casas e até mesmo os costumes dos habitantes, enfim, todos os elementos constitutivos do espaço urbano eram vistos como sujeitos às medidas normalizadoras da engenharia.

Esse estudo mostra que eram preocupações dos engenheiros higienistas os espaços públicos e privados. E vai além, evidenciando que, nas teses dos engenheiros, havia uma preocupação com os costumes dos habitantes, ou seja, como eles deveriam agir nessa cidade civilizada. E, por isso, era essencial educar a população ao mesmo tempo em que se saneava a cidade. No que diz respeito aos espaços públicos, a rua era uma das maiores preocupações nas cidades, pois esta era

A artéria pela qual se palpa a saúde física e mental de um povo que goza de higiene e civilização. Ela deve satisfazer a determinadas condições de salubridade, de comodidade, de segurança pública e atender às regras com relação ao alinhamento, limpeza e o mais que se refere às construções sobre o solo e abaixo dele (LIBERALLI *apud* KROPF, 1996, p. 113).

A rua, ainda segundo Liberalli, era, na concepção da Engenharia, um espaço privilegiado por onde deveria começar a regeneração da cidade, tendo atenção especial à ventilação, pois a falta desta era considerada responsável pela proliferação de doenças, assim como o acúmulo de lixo e a poluição dos córregos e rios. SJDR, desde as primeiras décadas do século XIX, era um lugar de passagem, de entrada para Minas Gerais, de pessoas e mercadorias, de chegada e partida para o Rio de Janeiro e deste para o mundo. Assim, a rua também era uma preocupação constante nessa cidade.

Nas edições da folha *A Pátria Mineira*, entre 1890 e 1898, havia uma coluna chamada *Melhoramentos locais*. Esse espaço era reservado para debater as reformas realizadas em SJDR e criticar o que precisava ser executado. A rua era tema constante, como pode ser percebido neste trecho do jornal, quando relatam as impressões sobre a Rua do Comércio:

Visitamos o matadouro e só temos que elogiar o que ali vimos. Aqueles que passavam por aquelas imediações noutros tempos não podem deixar de hoje reconhecer o zelo e a boa vontade da Intendência. Prosseguem com a atividade e a necessária fiscalização os serviços de abertura de vala de esgotos da Rua do Comércio (A PÁTRIA MINEIRA, 15 maio 1890, p. 2).

Elogiar a Intendência era uma forma de exaltar também o governo republicano e a reforma urbana, mesmo que rudimentar, empreendida por esse governo em SJDR. Além disso, ainda nesse fragmento de texto, é possível perceber a crítica embutida na expressão *noutros tempos*, referindo-se ao Império, período que, na visão dos republicanos, era marcado pela

ausência de investimentos em reformas públicas e, como consequência, de atraso em relação aos países civilizados.

O periódico também cobrava das autoridades melhoramentos que precisavam ser realizados. No entanto, por ser uma folha republicana, não criticava o governo e, em alguns casos, responsabilizava o antigo governo imperial pelos problemas da cidade, como mostra o trecho a seguir:

O zelador de águas continua em suas aliás dispensáveis funções. Vencem 40 mil réis por mês e ainda no domingo as torneiras estavam secas às 7 horas da manhã. Semelhante emprego, sem atribuições definidas e sem fiscalização, é péssima herança que a intendência recebeu da antiga Câmara (A PÁTRIA MINEIRA, 15 maio 1890, p. 2).

Outra coluna (*Notícias locais*, de 25 de dezembro de 1890) desse mesmo jornal traz uma informação importante: no dia 21 daquele mês, foi celebrada a assinatura de contrato para implantação da iluminação elétrica, dos esgotos aperfeiçoados e do abastecimento de águas. Esse evento foi celebrado na cidade, contando com uma solenidade, incluindo banda de música e foguetes. Além disso, o intendente recebeu uma homenagem pela assinatura do contrato e, agradecendo, afirmou que

Os melhoramentos destinados a São João del-Rei eram de natureza a colocá-la em primeira plana e davam-lhe o direito à grande preponderância no atual período de organização, em que deveriam ser escolhidas capitais para as novas subdivisões no território mineiro (A PÁTRIA MINEIRA, 25 dez. 1890, p. 2).

Entretanto, a assinatura do contrato não foi de festa para todos. É possível que tenham existido críticas sobre o ocorrido, pois, segundo o jornal, “apesar dos boatos arrasadores, espalhados com o fim de desviar o povo” (A PÁTRIA MINEIRA, 25 dez. 1890, p. 2), o evento alcançou êxito. A fala do intendente mostra o objetivo de alçar SJDR à categoria de civilizada

e em condições de se tornar a nova capital do Estado. O plano de reformar SJDR surgiu em contexto de debates das propostas de mudanças da capital, sendo a Várzea do Marçal uma das candidatas, pois a reforma urbana poderia contribuir para a escolha dessa região. Porém essas reformas tão desejadas pelos são-joanenses teriam de esperar. Como se pode notar em outra edição desse jornal:

Consta-nos em sessão da câmara municipal, no dia 17 do corrente ano, o Dr. Francisco de Paula Moreira Mourão desistiu do contrato de construção da rede de esgotos, abastecimento de água e iluminação à luz elétrica dessa cidade (A PÁTRIA MINEIRA, 20 jul. 1893, p. 2).

De acordo com Augusto Viegas (1943), essas reformas esperaram mais alguns anos e só foram implantadas em 1916, na administração de Odilon Andrade, pelo médico Domingos da Rocha e pelo engenheiro José Carneiro Felipe. Em SJDR, mesmo não existindo um sistema de saneamento, conforme os modernos padrões de civilidade, havia preocupação com a correta destinação dos esgotos e com a qualidade das águas.

A esse respeito, Viegas (1943) afirma que a Câmara, em 1887, construiu instalações que forneceriam meio milhão de litros de água a cada 24 horas, o que, segundo ele, correspondia ao progresso dessa cidade. Essas obras foram realizadas pelos engenheiros Francisco Bicalho, Fernandes Pinheiro e Hermilo Alves.

A Câmara, também em 1887, elaborou o *Código de Posturas Municipais*, que regulava a vida na cidade e, entre outras determinações, continha diversas prescrições higiênicas. Entre elas, que todo indivíduo encontrado bebendo água, encostando os lábios nas torneiras dos chafarizes municipais, levaria uma multa e mais cinco dias de prisão e o dobro desse tempo caso fosse reincidente. A mesma pena teriam os que fossem lavar utensílios domésticos, alimentos, roupas ou outros objetos. Dessa forma, por meio do Código, é possível perceber a existência de preocupação com a proliferação de doenças infectocontagiosas, seja pelo contato dos lábios no chafariz ou

pela proibição de lavar objetos, visando a manter limpo e protegido de doenças esse local público.

Mesmo não tendo uma rede de esgotos, SJDR era considerada por muitos viajantes e cronistas como de clima ameno. Para Carlos Laet (1894), mesmo com a ausência de um sistema de esgotos, SJDR tinha boa salubridade. O viajante ressalta que isso se deve mais às condições do clima ameno, que eram favoráveis à boa circulação do ar, do que pelas reformas realizadas, pois estas eram quase inexistentes. Sobre isso citou o relatório do Dr. Carvalho de Almeida, a respeito das condições higiênicas da região, e descreveu que esse médico:

Não trepida em afirmar que na cidade há completa ausência de preceitos mais elementares da higiene sobressaindo na postergação de tais preceitos o arrojo das fezes, por condutos imperfeitíssimos, ao ribeirão que descoberto atravessa a cidade. E, no entanto, acrescenta logo, S. João del-Rei é eminentemente salubre; seu clima, como o de Barbacena, é procurado pelos que durante o verão ali se refugiam contra o calor e as epidemias que assolam as regiões de serra abaixo; ou à suavidade do seu ambiente e uso de Águas Santas, reputadas medicinais, pedem o restabelecimento da saúde comprometida à restauração das forças depauperadas por outros climas (LAET, 1894, p. 70).

E por não ter um sistema de esgoto, essa questão também era preocupação do governo municipal, como pode ser observado no *Código de Posturas*. Tal regulamento estabelecia que os proprietários de terrenos nas margens dos córregos que corressem pela cidade eram obrigados a mantê-los limpos no espaço em que passassem por sua propriedade.

Esse código ainda estabelecia que o fiscal tinha o direito e a obrigação de fiscalizar os quintais, pátios e áreas das casas e terrenos situados dentro dos limites do Município, e ainda nos lugares onde houvesse córregos que desaguassem para as povoações. Porém não podia exercer tal função sem solicitar permissão ao morador do local. Essa licença não podia ser negada e,

caso isso ocorresse, o indivíduo poderia ser multado. Além disso, a Câmara Municipal normalizou a destinação dos dejetos e, no artigo 237, designou

Para o despejo de matérias fecais o córrego abaixo da ponte da estrada de ferro que segue para o Ribeirão Vermelho, devendo essas matérias ser conduzidas em vasilhas fechadas, das 10 horas da noite às quatro da madrugada. O que tais despejos fizer ou conduzir para lugar impróprio, especialmente no córrego acima da ponte e fora das horas mareadas, será multado [...], sendo servos, sofrerão dias de prisão, ou a multa [...] se seus amos a quiserem pagar (SÃO JOÃO DEL-REI, 2007, p. 180).

É possível notar que, em SJDR, nesse período em que não havia um sistema público de esgotos, o governo local transferia para os habitantes o dever de dar a destinação correta e mais higiênica aos dejetos, restringindo-se à fiscalização. Contudo, além de regular e fiscalizar, existia, por parte das elites locais, a preocupação em instruir a população a agir conforme os preceitos higiênicos, objetivando construir uma sociedade sadia e civilizada.

Os jornais foram fundamentais nesse processo, pois era por meio deles que a elite local fazia circular as prescrições higiênicas que julgava ser fundamental à população. No que se refere à questão dos esgotos, além de continuarem reivindicando sistema adequado para a eliminação de dejetos, os periódicos tentavam mostrar aos são-joanenses a importância dessa questão, por meio de informações fundamentadas no discurso médico-higiênico. O periódico *O Resistente*, ao longo de 1898, apresentou a coluna do médico Caetano Werneck, denominada *Os esgotos*. No primeiro exemplar, o médico se apresentou e explicou as intenções da coluna:

Sr. Redator. Agora que a câmara municipal, animada das melhores intenções, pretende realizar diversos melhoramentos dentre os quais sobressai a construção de uma rede de esgotos, todos os habitantes de São João del-Rei devem auxiliá-la nessa louvável e difícil tarefa pelos meios a seu alcance (O RESISTENTE, 7 jul. 1898, p. 1).

O médico ressaltou a atuação do delegado de higiene José Moreira Bastos, que, havia alguns anos, reivindicava as reformas. Assim, Werneck expôs que os esgotos são um problema de todos e que, mesmo com a Câmara Municipal planejando realizar as obras, a atuação da população era fundamental. Por isso, por meio de sua coluna, tentaria ensinar aos são-joanenses alguns dos preceitos higiênicos. A primeira crítica do médico foi sobre as condições do Córrego do Lenheiro, que, no período, era conhecido igualmente como “Praia”. Afirmava que este tinha aparência feia, escura e era o único esgoto da cidade. Dizia Werneck:

O ribeirão do lenheiro no seu estado atual é um enorme foco de infecção. É indispensável e urgente remediar este estado de coisas que muito depõe contra os foros de cidade civilizada de que há muito tempo e com toda justiça goza São João del-Rei. A *Praia* não pode e não deve continuar a ser o esgoto da cidade (O RESISTENTE, 7 jul. 1898, p. 1).

Ainda na primeira coluna, o autor mostrou que almejava instruir também a elite comercial sobre a importância da rede de esgoto, buscando investimentos dos comerciantes nas obras. Segundo Werneck, o governo municipal não tinha recursos para tal investimento e, assim, “apelou para a boa vontade e o patriotismo dos municipais, emitindo um empréstimo de 600 contos a juro de 8% ao ano” (O RESISTENTE, 7 jul. 1898, p. 1). Esse seria um bom negócio, pois os investidores tinham a oportunidade de prestar serviços à sua terra. Além disso, SJDR receberia mais visitas em busca de clima ameno, o que também seria benéfico aos empreendedores, os quais lucrariam ainda com vendas e aluguéis.

Essa explanação alerta para uma questão importante: a ausência de homogeneidade na elite local. Os médicos, jornalistas e alguns políticos pareciam estar convencidos de que a tão sonhada civilização somente seria viável com o empreendimento de reformas urbanas higiênicas, tanto que esse tema apareceu com frequência na legislação e nos jornais. De acordo com o

comentário de Werneck, a elite econômica, porém, não estava sintonizada com esses preceitos. E por isso essa coluna também se empenhou em convencer os comerciantes locais a investir na implantação da rede de esgoto.

Na segunda coluna, o autor começou reclamando da alteração que fizeram na grafia da palavra “exgoto” e se mostrou mais favorável à simplificação, substituindo o X pelo S e justificou: “É sobrecarregar demais o pobre esgoto, que já tem de carregar tanta coisa feia e por amor à simplicidade e, sobretudo à fluência, que não vem fora de propósito em se tratando de esgotos, persistirei na minha primitiva ortografia” (O RESISTENTE, 14 jul. 1898, p. 1). A adoção de uma grafia mais fácil por parte do autor parece ser uma aproximação com os leitores. Ao longo do artigo, Werneck expõe claramente sua intenção:

Fechado os parênteses, devo avisar ao leitor que vou tratar de assunto escabroso, mas não pretendo ostentar erudição e tão somente propagar e divulgar algumas noções de higiene que considero indispensáveis a todos; e como me dirijo principalmente ao povo, procurarei dar aos meus escritos o tom de simples palestra (O RESISTENTE, 14 jul. 1898, p. 1).

A primeira lição do médico foi sobre os dejetos. Explicou que, depois da digestão, os alimentos dirigiam-se ao intestino, transformando-se em fezes que depois eram expelidas do organismo, em condições normais, uma vez ao dia. Caso isso não ocorresse, era sinal de prisão de ventre. Sobre isso, o autor alertou que esse mal, “por sua frequência e tenacidade, tem fornecido aos charlatães vasto campo de exploração e na quarta página formigam os anúncios de drogas, quase todas infalíveis para a cura de desagradável estado” (O RESISTENTE, 14 jul. 1898, p. 1).

O jornal era geralmente composto por quatro páginas, e a última costumava ser destinada a propagandas. O médico criticava os medicamentos dos anúncios e afirmava que a lavagem intestinal era o método mais eficaz contra esse mal. A seguir, um exemplo de produto que prometia acabar com a prisão de ventre:

Purgativo Julien

Confeito vegetal, laxativo, refrigerante

Contra Prisão de Ventre

Aprovada pela Central de Higiene Pública do Brasil (O RESISTENTE, 9 jul. 1896, p. 4).

Além desse mal, o medicamento prometia acabar com outras moléstias, como afecções no estômago e fígado, náuseas, gases, cabeça pesada, boca amarga, falta de apetite e dores abdominais. Tudo isso sem sentir gosto ruim, tanto que as crianças o pediam como se fosse um doce de confeitaria. Ao longo do período estudado, tal anúncio, como os outros no jornal, enfatizava ser aprovado pelo órgão competente, tinha a assinatura de um farmacêutico e alegava proveniência de Paris. Almejando legitimar o uso, os medicamentos se apropriavam do *status* de medicamento higiênico e advindo de país civilizado.

Caetano Werneck, ao longo da sua coluna, apropriava-se do discurso de vários cientistas, como Pasteur, para explicar aos são-joanenses a existência dos micróbios e como estes atuavam. Além de micróbios banais e que não causam danos, segundo o médico, existiam os causadores de doenças, como febre tifoide, cólera, disenteria, e por isso alertava sobre o perigo dos dejetos. Estes poderiam provocar enfermidades tanto dentro como fora do corpo, então deveriam ser tirados das casas e ter uma destinação adequada. A matéria de julho de 1898 mostra como o médico tentava ensinar sobre a existência dos micróbios e os perigos que estes representavam à saúde pública. Segundo Werneck,

As matérias excrementícias expelidas do organismo e expostas ao ar são invadidas pelos micróbios que pululam no ar e no solo e que vão provocar nelas uma fermentação ativíssima, favorecida em alto grau pela presença do oxigênio e pela humidade representada pela água e pela urina (O RESISTENTE, 21 jul. 1898, p. 1).

O primeiro desses inconvenientes, conforme afirmava Werneck, era o desprendimento de gases, irrespiráveis ou tóxicos, como o ácido carbônico, o

ácido sulfídrico, o amoníaco, e as ptomaínas, alcaloides de putrefação descobertos por Selmi, e que eram todos excessivamente tóxicos.⁵ Sobre isso, o médico citou o caso francês:

Esses corpos podem produzir um envenenamento agudo, como se bem observado em Paris por ocasião da limpeza dos esgotos. Os operários revolvendo os depósitos que ali se formam a fim de que a água os carregue, caem algumas vezes literalmente fulminados pela grande quantidade de gases que deles se desprendem (O RESISTENTE, 21 jul. 1898, p. 1).

Segundo o autor, essa questão se agravava nas cidades sem sistema de esgoto (como era o caso de SJDR), onde a população vivia aglomerada. Era mais comum ocorrer “envenenamento”, pois esses gases “viciavam o ar” e eram prejudiciais à saúde.

Além disso, ressaltou que as matérias excrementícias misturadas a águas de cozinha ou de lavagem de roupas ficavam carregadas de matérias orgânicas que infiltravam no solo, ficando armazenadas por muito tempo. Isso era um problema público grave, pois, segundo o autor, “A higiene tem demonstrado que o solo assim preparado, isto é, saturado de imundícies de toda a sorte, é um viveiro imenso de macróbios patogênicos ou específicos, isto é, causadores de doenças graves” (O RESISTENTE, 21 jul. 1898, p. 1).

Dessa forma, pode-se notar que tanto o jornal quanto a legislação municipal concordavam sobre a importância da destinação adequada do esgoto como medida higiênica fundamental na prevenção de doenças. Todavia tinham formas de atuação diferentes: a Câmara regularia a ação dos cidadãos no que diz respeito a essa questão e poderia penalizar quem descumprisse as normas. Já o jornal trazia artigos assinados por médicos que,

⁵ O italiano Selmi e o francês Armard Gautier descobriram, quase que simultaneamente, no fim do século XIX, que existiam “venenos animais” (leucomáinas e ptomaínas). “As leucomáinas produzem-se nos órgãos durante os estados patológicos, e as ptomaínas originam-se da putrefação orgânica” (QUEIROZ, 2010, p. 57).

nesse período, tentavam se afirmar como profissionais legítimos a instruir a população nos preceitos higiênicos.

A destinação dos esgotos não era a única preocupação do médico. Na coluna IV de *Os esgotos*, o lixo também foi uma questão abordada. De acordo com o colunista, os animais selvagens poluem o ambiente apenas com os seus dejetos. No entanto dizia que “o homem, essencialmente sociável, invencivelmente solicitado para a vida comum, produz muito maior quantidade de detritos orgânicos putrescíveis” (O RESISTENTE, 28 jul. 1898, p. 1). Nessa coluna, novamente citou o exemplo francês, tentando mostrar o seu afinamento com as propostas daquele país, e relatou que, na região rural francesa, onde faltava higiene, os esgotos e o acúmulo de lixo eram um agravante na transmissão de doenças infectocontagiosas.

No que se refere à quantidade de lixo produzido na cidade, o autor fez um cálculo e disse que SJDR naquele período produzia aproximadamente 510 mil quilos ou litros de lixo por dia. Tal estimativa foi elaborada de acordo com o total de habitantes (10 mil, conforme o censo da Câmara Municipal). Assim, afirma o médico, pelo acúmulo de lixo, o Córrego do Lenheiro causava uma péssima impressão:

A desagradabilíssima impressão que nos produz a *Praia* é agora plenamente confirmada pelo cálculo, e com maior firmeza e convicção poderemos então dizer: A *Praia* não pode e não deve continuar a ser o esgoto da cidade. O que ali corre não é água, é uma solução concentrada de imundícies (O RESISTENTE, 4 ago. 1898, p. 1).

No *Código de Posturas*, essas questões, como a destinação de lixo, os cuidados com a criação de animais e a poluição do ar, também foram abordadas. Assim, para o despejo do lixo, a Câmara designou o campo que fica no triângulo da embocadura do Córrego Água Limpa. Com relação à criação de animais, ficou proibido o curtume de couro, charquear e secar peles, pois também prejudicavam a salubridade. E, por último, os moradores dessa cidade e região do Município eram obrigados a manter limpas as testadas de suas casas que faziam frente a ruas ou praças. É possível perceber

que, assim como em relação aos esgotos, o recolhimento e a destinação correta do lixo e a limpeza urbana eram responsabilidade dos moradores, e ao governo municipal cabia apenas fiscalizar e punir os infratores. As medidas adotadas pela Câmara evidenciam a existência de regras sobre as medidas higiênicas que deviam ser tomadas pelos são-joanenses para manter a salubridade da cidade.

Outro aspecto interessante a ser ressaltado é que a Câmara interferia na organização das casas e sobre como criar animais, indo além do espaço público, regulando também a vida privada. Assim como o espaço público, a vida privada também era alvo do discurso da Engenharia e da Medicina, como afirmava o engenheiro Castro Barbosa: “Os mais eficazes conselhos higiênicos são os concernentes ao próprio indivíduo e à casa” (CASTRO *apud* KROPF, 1996, p. 118). Assim, “o incentivo de hábitos adequados era considerado um prolongamento, uma consequência necessária das condições satisfatórias a serem cumpridas numa casa em que se pretendia civilizada” (CASTRO *apud* KROPF, 1996, p. 120). Por isso também a necessidade de instruir a população quanto aos hábitos de higiene.

As questões relativas à higiene não eram sempre consenso. Divergências sobre o tema podem ser percebidas nos debates em torno de diferentes questões como da secularização dos cemitérios. Durante o Império, estes eram de responsabilidade da Igreja. A República, com a adoção do Estado laico, transferiu para si o encargo de cuidar desses locais. Carlos Laet, que era monarquista e estava se refugiando em SJDR, afirmava não haver problemas de os cemitérios, nessa cidade, ainda serem de responsabilidade da Igreja e estarem localizados dentro do espaço urbano, como mostra a passagem a seguir, em que descreve a sua visão:

Demais os cemitérios – seis ou sete – estão encravados na cidade ou bem próximos dela. Cada um pode a qualquer hora visitar os seus mortos queridos que ali estão pertinho. Honrados médicos clamam contra essa prática, mas é fato que não tem ela produzido as calamidades a que costumam aludir os partidários da cremação. Junto do cemitério do Carmo há um colégio de meninos; outro

não longe do cemitério das Mercês; de frente do de S. Francisco, um colégio de meninas. Nem os brincos da infância perturbam o sono dos mortos, nem os miasmas dos mortos intoxicam a robusta meninada (LAET, 1894, p. 61).

O autor não encontrava problema na presença de cemitérios no meio da cidade, nem mesmo se estivessem próximos às escolas. Entretanto já apontava para a questão colocada pelos médicos sobre a distância que os cemitérios deveriam ter das cidades e dos colégios. Ainda com relação aos cemitérios, o *Código de Posturas* (SÃO JOÃO DEL-REI, 2007) determinava que estes deveriam ser públicos e de responsabilidade da Câmara. Os acatólicos e suicidas teriam lugar separados, mas todos deveriam ser enterrados. Além disso, as irmandades poderiam ter cemitérios privados desde que os mantivessem limpos.

Mesmo o cemitério tendo deixado de ser responsabilidade das irmandades em SJDR, o pensamento cristão ainda influenciou na forma como o Estado enterrava os mortos, separando os acatólicos. Já o jornal *A Pátria Mineira*, de 30 de janeiro de 1890, logo após a República ser instalada, exaltava a secularização dos cemitérios promovida pelo governo republicano, afirmando que isso era um sinal de civilização, pois essa medida era coerente com a “ciência moderna”:

É assim que a higiene de hoje, com medidas que conduzem ao saneamento da morte, procura atender a 3 fins: proteger os vivos dos cadáveres humanos, respeitar o culto pelos mortos, sentimento superior e universal que existe em nossos hábitos, e em último lugar evitar que seja enterrado um vivo sob sinais de morte aparente (A PÁTRIA MINEIRA, 30 jan. 1890, p. 2).

Essa noção de que enterrar os mortos é uma forma de proteger os vivos foi fator fundamental na opção de sepultar os acatólicos, visando a proteger a população de epidemias. Ainda, o jornal enfatiza que os cemitérios

não deveriam ser construídos dentro da cidade nem em elevações, para evitar a contaminação da água.

O caso do arraial do Cajuru foi um exemplo citado pelo periódico. Este se situava próximo a um cemitério e, conforme o jornal, por isso a água tinha cor leitosa e era impura, podendo transmitir doenças. Assim, o *A Pátria Mineira* defendia que a construção de cemitérios deveria seguir as prescrições higiênicas a seguir:

Os cemitérios devem ser construídos fora do recinto da cidade, numa distância de 1 000 a 1 500 metros, em terreno seco e colocados de tal forma que os ventos dominantes não levem os eflúvios para a cidade; [...] A profundidade das covas deve ser de 1 metro e 50 a 2 metros, separadas uma da outra de 30 a 40 centímetros de extensão (A PÁTRIA MINEIRA, 30 jan. 1890, p. 2).

Tais cuidados defendidos tanto pelo jornal quanto pela Câmara eram essencialmente formas de civilizar e modernizar a cidade, mas principalmente impedir a propagação de epidemias, muito comuns na época. E entendeu-se que existiam basicamente duas formas de combater doenças consideradas infectocontagiosas: os cuidados com a higiene e a vacinação.

Segundo Silveira e Marques (2011), a resistência à vacinação foi uma realidade nesse período e deve ser compreendida pelas representações sociais que envolviam a doença e os métodos de vacinação. Segundo as autoras, no século XIX, diversas doenças (sarampo, coqueluche, escarlatina, beribéri, diarreias, gastralgias, hidropisia, reumatismos, pleurisia, bócio, sífilis, morfeia, opilação, tuberculose, entre outras) atingiram Minas Gerais, mas a varíola (também conhecida como “bexiga”) foi a mais persistente e por isso mobilizou mais esforços no seu combate.

De acordo com as autoras, essa enfermidade despertava pavor em decorrência da “proximidade da morte ou do desamparo, a perda de entes queridos e as deformidades repulsivas” (SILVEIRA; MARQUES, 2011, p. 390). A vacina contra a varíola, desenvolvida em fins do século XVIII, foi o primeiro tipo a surgir e era denominada jenneriana ou humanizada. Ainda

segundo Silveira e Marques, a sua difusão começou a partir do século XIX pelas mãos de particulares. Em Minas Gerais, ao longo desse século, surgiram órgãos responsáveis pela aplicação da vacina, como a Junta de Higiene, em 1850.

Ao longo do século XIX, a vacinação se tornou obrigatória, e sua recusa podia ocasionar multa e prisão. Entretanto, mesmo assim, a população temia a vacinação e, segundo as autoras, esse medo era “expressão do terror de que grande parte da população devotava aos próprios médicos e aos seus conhecimentos ainda bem pouco eficazes” (SILVEIRA; MARQUES, 2011, p. 393). Em SJDR, o *Código de Posturas* (SÃO JOÃO DEL-REI, 2007) determinava que a vacinação fosse obrigatória a todas as crianças, e os responsáveis que não as levassem poderiam ser multados.

O código impunha outras restrições, visando a impedir a propagação de doenças infectocontagiosas, como que pessoas com esse tipo de enfermidade não poderiam trabalhar em vendas e os doentes também não poderiam esmolar na rua. A Câmara seria a responsável pelos cuidados com os enfermos e faria todo o possível para evitar o contato destes com o restante da população.

Nesse período, a Medicina ainda estava em processo de afirmação. A inclusão da higiene como campo científico fundamental ao desenvolvimento e ao progresso se deu ao mesmo tempo em que o campo médico estava se instituindo. Todavia, como mencionado, por vezes, os médicos não eram bem vistos pela população em geral, pela própria precariedade desse campo ainda nascente. Por isso utilizavam a higiene para se afirmar como os únicos profissionais capazes de resolver os problemas relativos à saúde da população. Em SJDR, o professor Aureliano Pereira Corrêa Pimentel (1905, p. 4) exalta o pioneirismo dos médicos locais no combate à varíola. Este afirma que, no caso de SJDR, “o município em geral é salubre, e nele se têm contado alguns macróbios”. E no que se refere à atuação dos médicos ao combate a doenças e a aplicação de vacinas, ressalta que:

Segundo as observações de dois inteligentes e adiantados médicos, os Doutores José Mourão e Antônio Bastos,

durante a estação fria notam-se as flegmasias próprias do aparelho respiratório, mas benignas em sua solução. O reumatismo, sem que seja raro, não é todavia muito comum; o mesmo se dá com a tuberculose pulmonar, em cuja etiologia parece que representam importante papel, circunstâncias intrínsecas ao organismo. As epidemias que nos têm afligido, se bem que raramente, têm sido as de coqueluche, sarampão e varíola. Das duas primeiras afecções poucos óbitos se registraram; mesmo da última foi relativamente pequeno o contingente fornecido à necrópole. De todos os variolosos, vacinados havia muito, nenhum morreu; tiveram varíola discreta. Nessa ocasião muito se distinguiram pelo seu interesse e dedicação os Doutores Cornélio Milward e José Mourão (PIMENTEL, 1905, p. 4-5).

Os médicos utilizavam os jornais como meio de ensinar a população e também objetivavam se afirmar como detentores de saberes relativos à higiene. Conforme se pode notar no trecho da matéria do Dr. Affonso Henrique de Azevedo, publicada em *A Pátria Mineira*, em 18 de fevereiro de 1894:

Higiene Pública

Agora que a opinião pública se acha desperta pela discussão sobre os melhoramentos higiênicos para esta cidade, julgo não ser descabidas algumas considerações sobre o assunto, tentando deixar assentes doutrinas de harmonia com a higiene moderna, combatendo outras que possam trazer dano à população desta cidade.

Quando se trata de melhoramentos higiênicos não é a massa da população que tem a palavra, porém sim os higienistas.

Essa questão é de muita importância, e de boa solução dela depende o futuro da vida dos habitantes desta cidade.

Vamos sintetizar em perguntas as questões principais sobre esse assunto.

Traz dano para a saúde pública o atual sistema de esgotos? (A PÁTRIA MINEIRA, 18 fev. 1894, p. 2).

No trecho acima, o Dr. Affonso de Azevedo deixou claro que a higiene era fundamental para o desenvolvimento da cidade e que eram os higienistas os detentores desse saber, desqualificando qualquer outro sobre a saúde.

Considerações finais

A higiene foi um tema de ampla circulação em SJDR, na segunda metade do século XIX. Sendo também relevante no debate político, foi mencionada na obra de Carlos Laet (1894). Esse autor afirma não querer falar de política, mas abre uma exceção para contar um caso interessante sobre os dois partidos republicanos da cidade que se denominam “os limpos” e “os sujos”. Segundo Laet (1894, p. 66-67), “A gênese nestes nomes perde-se [...] na escuridão de uma projetada obra de esgotos. Um grupo queria, o dos limpos; e, na bandeira dos sujos, havia o lema *Tudo na praia!* Foram estes os vencedores. A cidade não tem esgotos; mas tem política...”.

Bem como já foi apresentado, SJDR só teria uma rede de esgotos em 1916 e, provavelmente, essas disputas políticas contribuíram para atrasar o processo de implantação dessas reformas. Assim, nota-se que apenas uma parte da elite local percebia a higiene como elemento fundamental para se tornar civilizada e se apropriou dessas teorias, produzindo representações do discurso higienista, evidenciando a forma como esse grupo enxergava a realidade, tendo a higiene como um dos pilares do projeto de civilização tão almejando pelos são-joanenses.

Essa elite se apropriou de discursos produzidos sobre as prescrições higiênicas, que já circulavam desde o Império, como sendo parte do pensamento republicano que transformaria o País, inspirando-se no modelo dos europeus, e superaria o atraso atribuído ao Período Imperial. Porém mesmo a higiene tendo circulado em SJDR no período estudado, nota-se que essa proposta se restringiu ao âmbito do discurso, pois a tão sonhada reforma urbana tardou a se concretizar.

Mesmo assim, o intento civilizatório da elite não deveria ficar restrito a esse grupo. O objetivo era disseminar a higiene e levar conhecimento ao restante da população. Para isso a imprensa teve um papel fundamental, fazendo com que a temática da higiene circulasse na cidade.

Dessa forma, espera-se que a questão anunciada no início deste estudo tenha sido elucidada: a de que discursos produzidos sobre prescrições higiênicas foram se difundindo por localidades do interior, cidades médias em processo de urbanização, que nem mesmo chegavam a ser capital do Estado, como SJDR. Dessa forma, pôde-se perceber que o intento civilizador republicano que, entre outras questões, apropriou-se da higiene para consolidar seu projeto não se deu apenas no Rio de Janeiro ou em Belo Horizonte. Tais propostas também circularam nos discursos de elites regionais, mesmo que permeadas de impasses e tensões.

Referências

Fontes documentais

A PÁTRIA MINEIRA, São João del-Rei, 1890-1893. Disponível em: <<http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/modules/brtbusca/index.php?query=patria+mineira&mid=16&action=showall&andor=AND>>.

Acesso em: 2 jul. 2013.

O RESISTENTE, São João del-Rei, 1898-1899. Disponível em: <<http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/modules/brtbusca/index.php?action=results&query=O+RESISTENTE>>. Acesso em: 2 jul. 2013.

Obras de apoio

CHALHOUB, Sidney. *Cidade febril: cortiços e epidemias na Corte Imperial*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

- CHARTIER, Roger. O mundo como representação. *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 5, n. 11, p. 173-191, 1991. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ea/v5n11/v5n11a10.pdf>>. Acesso em: 1 jul. 2013.
- LAET, Carlos. *Em Minas: viagens, literatura, philosophia*. Rio de Janeiro: Cunha e Irmão, 1894.
- HEINZ, Flávio M. *Por outra história das elites*. Rio de Janeiro: FGV, 2006.
- KROPF, Simone Petraglia. Sonho da razão, alegoria da ordem: o discurso dos engenheiros sobre a cidade e Rio de Janeiro no final do século XIX e início do XX. In: HERSCHMANN, Micael; KROPF, Simone Petraglia; NUNES, Clarice. *Missionários do progresso: médicos, engenheiros e educadores no Rio de Janeiro: 1870-1937*. Rio de Janeiro: Diadorim, 1996, p. 69-154.
- PIMENTEL, Aureliano Pereira Corrêa. Chorografia mineira: Município de S. João d'El-Rei. *Revista do Arquivo Público Mineiro*, Belo Horizonte, p. 15, 1905. Disponível em: <<http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/modules/rapmdocs/viewcat.php?cid=365>>. Acesso em: 27 mai. 2015.
- QUEIROZ, Suelen. *Tratado de Toxicologia Ocupacional*. São Paulo: Biblioteca 24 Horas, 2010.
- RÉMOND, René. *O século XIX: 1815-1914*. Tradução de Frederico Pessoa de Barros. São Paulo: Cultrix, 1974. (Introdução à História de Nosso Tempo).
- SÃO JOÃO DEL-REI (Município). Código de Posturas de São João del-Rei. In: ARAÚJO, Maria Marta; VENÂNCIO, Renato P. (Orgs.). *São João del-Rey: uma cidade no Império*. Belo Horizonte: Secretaria de Estado de Cultura de Minas Gerais; Arquivo Público Mineiro, 2007, p. 99-252. v. 1.
- SILVEIRA, Anny Jackeline Torres; MARQUES, Rita de Cássia. Sobre a varíola e as práticas de vacinação em Minas Gerais (Brasil) no século XIX. *Ciência e Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v. 16, n. 2, p 387-396, 2011. Disponível em:

<<http://www.scielo.br/pdf/csc/v16n2/v16n2a03.pdf>>. Acesso em:
1 jul. 2013.

VIEGAS, Augusto. *Notícia de São João del-Rei*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1943.